CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL
04/09/2017
Protocolo

REQUERIMENTO Nº 383 ,DE 2017.
(Autor: Vereador Policial Madril/PMB)

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Cascavel.

O Vereador Policial Madril/PMB nos termos que regem o art. 122, II do Regimento Interno desta Casa de Leis Requer a Mesa Diretora, após deliberação legislativa, seja encaminhado expediente ao Exmo. Senhor Rodrigo Maia, Presidente da Câmara dos Deputados, com ciência deste aos Deputados Federais do Paraná, solicitando empenho e providências legais por parte de todos os parlamentares, no sentido de propor junto ao Congresso Nacional proposições legislativas que venham rever e revogar urgentemente os seguintes benefícios bancados com recursos públicos, que são concedidos aos Deputados Federais e aos Senadores, tais como:

1. Cota para atividades parlamentar com valores que vão de R$ 30.788,66 a 45.612,50 reais mês, dependendo do Estado da Federação que o deputado representa, que servem para despesas com passagens aéreas, combustível, contratação de serviços de segurança, consultorias, entre outros;
2. Um salário extra que é concedido no inicio e no final da legislatura para arcar com despesas de mudanças (R$ 33.763,00);
3. Auxílio-moradia no valor de R$ 4.253,00;
4. Ressarcimento integral das despesas com saúde relativas à internação em qualquer hospital do país (valor cobrado pelo hospital);

É o que Requer. Sala das Sessões.
Cascavel, 23 de agosto de 2017.

Policial Madril
Vereador/PMB

Justificação

Senhor Presidente, estamos vivendo momentos difíceis na economia de nosso país, onde as políticas de cortes de gastos são cada vez mais apresentadas pelos chefes de estados. Há hoje governadores e prefeitos que não conseguem mais fechar a conta, com déficits altíssimos, atrasos em vencimentos de servidores, atrasos no pagamento de fornecedores, entre outras situações graves que só levam ao desconforto das finanças públicas. Agregamos a isso a precária situação financeira por que passa o país. Não há mais de onde cortar despesas, o Governo Federal, a cada dia, mostra uma insegurança a todos, com a dívida pública chegando a patamares assustadores.

DIRETORIA LEGISLATIVA

Porém, para que essa conta possa fechar, infelizmente, as políticas econômicas apresentadas pelos governantes, atingem diretamente o bolso da população, em especial daqueles menos favorecidos financeiramente. Exemplo disso foi que recentemente a equipe que cuida das finanças de nosso país, alardeou a possibilidade de diminuir em R$ 10,00 o valor do salário mínimo. Seria cômico se não fosse trágico. Sempre quando se fala em cortar despesas, lá vem o governo criando novas medidas para atingir o povo. Não é mais aceitável essa situação, não tem como ficar quieto diante desta triste realidade. É preciso que algo seja feito urgentemente.

Ora, Senhor Presidente, nosso Congresso Nacional consome anualmente mais de R$ 1 bilhão de reais dos cofres públicos. Esses gastos são com subsídios (que não vem ao caso) e com mordomias, auxílios e outros benefícios financeiros que são concedidos sem nenhum pudor aos nossos Nobres Representantes. Diga-se de passagem, aprovados por eles mesmos. Temos um Congresso Nacional que sugam dos cofres públicos recursos altíssimos com cota parlamentar, salários extras em início e final de legislatura, verbas de gabinetes onde o valor é assustador, auxílios moradias, etc. Que absurdo, e ninguém questiona essas barbaridades.

Cada Deputado Federal, cada Senador somente com essas verbas indenizatórias, custa para os cofres públicos cerca de R$ 180.000,00 reais mensais ou R$ 2.168.874,00 reais por ano, sem calcular o valor dos Subsídios que é de R$ 33.763,00 mensal. Se somado o total de senadores e deputados, temos uma despesa de mais de R$ 1 bilhão de reais para cada Poder de nosso Congresso Nacional por ano. A pergunta que não quer calar: Será que esses congressistas que dizem ser representantes do povo, não teriam que realmente representar esse povo e rever essas despesas? Será que R$ 1 bilhão não ajudaria anualmente na resolução dos graves problemas que enfrentamos na saúde, educação, segurança, assistência social, entre várias outras políticas públicas que estão à mercê de um descrédito e abandono total de nossos governos?

Concluo, aguardando posição de nossos representantes, para que possamos informar a opinião pública paranaense das providências que serão adotadas.

P. Mo aberto

DIRETORIA LEGISLATIVA